

GENEALOGIAS DE “CRUZAMENTOS”. AMBIVALENCIA NO RELACIONAMENTO ENTRE TIMORENSES E INFLUÊNCIAS EXÓGENAS

*Manuel Lobato**

INTRODUÇÃO

Os europeus – os portugueses primeiro e os holandeses depois – adotaram no arquipélago malaio uma postura baseada tanto no uso da força como no prestígio, apresentando-se aos olhos dos nativos – na sua maioria animistas e muçulmanos recém-convertidos – como alienígenas detentores não apenas de uma superior tecnologia militar mas também de poderes espirituais ou sobrenaturais, já que a associação entre uma e outros resultava local e culturalmente indissociável. Contudo, no que aos portugueses diz respeito, a profundidade e extensão dessa influência cultural exógena, cristã e europeia, não obteve uma expressão equivalente, em termos de produção de conhecimento histórico e etnográfico, sobre a região situada na fronteira dos mundos papua e austronésio.

Não obstante, ao longo de quase três séculos de presença missionária exclusiva nas ilhas de Solor e Timor, os frades dominicanos produziram algumas relações escritas de grande interesse para a história destas ilhas. O mais antigo conjunto, reunindo três dessas relações, saiu impresso em Lisboa em 1635¹. Escritas com o declarado

* Centro de História, IICT.

¹ Reeditado em SÁ 1958, 279-347. Trata-se das *RELAÇÕES SUMMARIAS DE ALGUNS SERVIÇOS QUE FI(ZE)RÃO A DÉOS, E A ESTES REYNOS, OS RELIGIOSOS DOMINICOS NAS PARTES DA ÍNDIA ORIENTAL NESTES ANNOS PRÓXIMOS PASSADOS*. Interessam especialmente a segunda relação, cujo título é *RELAÇAM DO PRINCIPIO DA CHRISTANDADE DAS ILHAS DE SOLOR, E DA SEGUNDA RESTAURAÇÃO DELLA...*,

propósito de propaganda da Ordem (SÁ 1956: 307), não surpreende que nelas não encontremos referência às primeiras conversões operadas por leigos em Solor e mencionadas na carta do jesuíta Baltazar Dias, escrita em 1559, na qual revela como alguns mercadores – especialmente um certo João Soares – haviam convertido o rei de Lewonama, próximo de Larantuca, na ilha das Flores (SÁ 1955: 344; JACOBS 1980: 302-303). Este facto é igualmente silenciado na *Quarta parte da História de S. Domingos* de frei Lucas de Santa Catharina. Na sequência dessas primeiras conversões, em 1562 os dominicanos foram enviados pelo primeiro bispo de Malaca, o dominicano Jorge de Santa Luzia (1558-76), a evangelizar aquela região, embora frei Lucas de Santa Catharina tenha procurado na sua *História* ligar o início da missionação das ilhas ao sucesso efémero que um frei António Taveira teria alcançado em Timor, em 1556, ao converter numerosos nativos. Assim, embora a fundação do convento de S. Domingos de Malaca remonte a 1554 (MATOS 2006: 347), a atuação de frei Taveira teria antecedido a fundação da diocese de Malaca e a nomeação do bispo Santa Luzia, o que torna pouco credível a presença deste dominicano numa região aonde, em 1562, chegaram efetivamente os primeiros três ou quatro missionários, liderados por frei António da Cruz, subsistindo ainda a possibilidade de frei Taveira ter sido um franciscano e não um dominicano (VILLIERS 1985: 580).

É importante notar também que as primeiras conversões em Solor e Flores ocorreram em simultâneo com a fundação espontânea, sem intervenção da Coroa portuguesa, de um estabelecimento permanente em Lohayong, uma aldeia na costa norte de Solor onde os missionários inicialmente se estabeleceram, local donde era possível controlar militarmente várias povoações muçulmanas situadas nas margens do estreito entre as ilhas de Solor e Adonara (BARNES 1995:

geralmente atribuída a frei António da Encarnação (ROUFFAER 1923-24), que é também autor da primeira relação, que descreve genericamente as missões dominicanas no Oriente, e a terceira intitulada *RELAÇAM DAS CHRISTANDADES, E ILHAS DE SOLOR, EM PARTICULAR, DA FORTALEZA, QUE PARA AMPARO DELLAS FOI FEITA: A QUAL JUNTAMENTE HE MOSTEIRO DA ORDE DOS FRADES PRÊGADORES, & IGREJA MATRIS DAS CHRISTANDADES*, da autoria de frei Miguel Rangel, que exerceu diversos cargos eminentes, nomeadamente o de Vigário Geral da Ordem de S. Domingos no Oriente, de 1614 a 1619, bispo de Cochim, de 1630 a 1634, e governador da Arquidiocese de Goa até 1636 (NUNES 1993).

498). A fundação deste estabelecimento permanente em Solor ocorreu imediatamente após a concessão de Macau aos portugueses, para onde passou a ser encaminhado o sândalo de Timor, razão económica da presença portuguesa nestas paragens desde muito provavelmente 1516. O exemplo de Macau terá servido, assim, de estímulo e mesmo de modelo ao estabelecimento português em Solor, embora por meados do século XVI não existissem ainda relações marítimas diretas entre estes dois entrepostos.

O facto de a fundação da fortaleza de Solor – de onde foram desalojadas algumas comunidades muçulmanas, expulsas dos seus bairros ou *kampung* portuários e piscatórios – ter sido erguida, em 1566, por iniciativa dos religiosos de S. Domingos, e de estes terem a prerrogativa de escolher o seu capitão e principal autoridade civil e militar entre os moradores mais proeminentes de Malaca (SÁ 1958: 3) – os chamados “casados” –, pagando também à sua custa os soldados que a defendiam, conferiu a este estabelecimento um carácter único e sem paralelo no panorama das possessões portuguesas situadas a leste do Cabo da Boa Esperança. Em 1585, a Coroa chamou a si a nomeação formal do capitão, que continuou a ser escolhido pelos dominicanos entre os casados de Malaca (SÁ 1958: 40-41). Em 1593, Solor passou a ser considerada oficialmente sede da denominada “capitania de Solor e Timor”², embora na época os portugueses e os mestiços luso-asiáticos apenas visitassem sazonalmente Timor, onde não existia um estabelecimento português permanente que justificasse tal pretensão. A resistência por parte de certos grupos populacionais levaria à ocupação do ilhéu de Ende Menor, onde, em 1598, foi erguida uma fortificação.

Em 1609, mas reportando-se aos derradeiros anos da centúria anterior, frei João dos Santos enumera, na sua *Etiópia Oriental*, dezoito igrejas e um número quase igual de paróquias dispersas pelas ilhas de Solor (SANTOS 1999: 469-471). Em 1613, na tomada da fortaleza, os holandeses encontraram ali 7 frades. Doravante, apesar de curtos períodos de reocupação da fortaleza de Solor pelos frades de S. Domingos, a sede da sua atividade missionária transferiu-se para Larantuca, povoa-

² LEITÃO 1948: 101. Veja-se ainda SANTOS 1995: 116 e 127. Vilhegas e Andria eram ambos naturais de Malaca. Para uma pequena biografia de Andria, ver PINTO 2012: 226-227.

ção situada no extremo oriental das Flores. Os seus habitantes pertenciam à etnia, segmento ou grupo classificatório Demon ou Daimon, enquanto as cinco povoações muçulmanas vizinhas, a principal das quais era Lamahala, situada na ilha fronteira de Adonara, pertenciam ao segmento social Paji, ou Payang, a que os portugueses chamavam Payão, formando uma confederação de pequenos estados conhecida por Watan Léma, ou as Cinco Costas de Solor (*Solor Lima Pantai*)³.

Para prevenir incidentes com navios muçulmanos e também pela perigosidade e mesmo hostilidade de alguns reis ou *liurai* nos ancoradouros de Timor, as embarcações, que podiam atingir 300 toneladas, zarpavam regularmente de Solor para Timor levando a bordo alguns soldados mestiços pagos em sândalo, madeira aromática muito apreciada na China. Após a queda do forte de Solor, os soldados mestiços passaram a ser recrutados em Larantuca. Ocasionalmente, alguns navios retornavam apenas com parte da carga de sândalo prevista. Entre 1605 e 1608, alguns destes pequenos navios foram mesmo capturados pelas frotas holandesas de Steve van der Haguen e Cornelis Matelieff de Jonge (SOLT 1725: 86, 90 e 239). Além de servirem como homens de armas, os moradores de Solor atuavam como intermediários nas transações dos portugueses e chineses vindos de Macau com os régulos timorenses, as quais por vezes se revestiam de alguma dificuldade, já que os reis timorenses faziam exigências em tecidos, utensílios de metal e géneros alimentícios, a troco do sândalo que mandavam cortar no interior da ilha e era transportado para a costa a dorso de cavalo⁴.

Solor funcionou durante meio século como base naval portuguesa na região para efeito do comércio de sândalo branco de Timor. Esse comércio fora controlado numa primeira fase pelos mestiços luso-malaios vindos de Malaca e, após a fundação de Macau, por meados do século XVI, passaria a ser controlado pelos mercadores desta praça. Aquando da sua captura pelos holandeses, em 1613, o comércio de sândalo em Solor atravessava uma fase depressiva. Segundo as fontes holandesas, a fortaleza e povoação anexa era então habitada

³ Domingos da Costa ao vice-rei conde de Villa Verde, Timor, 5 de Maio de 1697, Biblioteca da Ajuda (BA), 51-V-49, fls. 260-261v. Ver BARNES 2001: 275.

⁴ Padre Gomes Vaz, 1599, *Dos Contratos dos Bares de Sandolo*, ANTT, *Manuscritos da Livraria* 805, fl. 221v.

por mais de 90 “brancos” e 450 mestiços, além de um número indeterminado de “negros”. Sobre estes últimos, o relato refere a sua capacidade de manejar armas de fogo, mas não menciona se eles seriam escravos africanos ou naturais convertidos ao cristianismo, ou ainda refugiados luso-asiáticos das ex-possessões portuguesas conquistadas pelos holandeses nas vizinhas ilhas Molucas. Ao todo, nove aldeias dispersas pelas ilhas de Solor, Flores e Adonara estavam sob domínio português, sendo habitadas por 2.100 famílias. Em todas elas podiam ser encontradas armas de fogo, a par dos armamentos tradicionais, como escudos e arcos e flechas (SCHOT 1705: 201-202). Perdida a sede política em Solor, não seria difícil a estas comunidades expandir a sua influência, dada a ausência na região de um poder político unificado e consolidado (CATHARINA 1866: 274).

DOMINICANOS E LARANTUQUEIROS, PRECURSORES DA INTER-PENETRAÇÃO CULTURAL

A penetração em Timor levaria muito tempo a consolidar-se e passaria por uma tentativa falhada protagonizada por frei Belchior da Luz, que em 1590 logrou erguer uma igreja no reino de Mena, não tendo continuidade o seu esforço. Quase meio século se escoou até que, em 1633, frei Cristóvão Rangel, companheiro de frei Miguel Rangel, o voluntarioso restaurador de Solor, desembarcasse no reino de Silavão e convertesse o rei local. A sua ação seria ampliada três anos depois por frei Rafael da Veiga. Este, trocando a ilha de Savu Pequeno por Timor, foi bem sucedido em Batepute, no reino de Amavi.

A comunidade luso-asiática de Larantuca, que haveria de “colonizar” a costa norte de Timor, exibia algumas características habitualmente presentes nas fases iniciais de formação de qualquer estado malaio: um chefe que exigia tributo, trabalho e serviço militar, concentrando na sua mão as relações comerciais quase exclusivas com o mundo exterior, especialmente com os bugis de Macáçar e os visitantes chineses e europeus. Entre 1641 e o final da década de 1660, esta comunidade integrou novos grupos luso-asiáticos provenientes de Malaca e de Macáçar. Os chefes dos mais poderosos clãs mestiços de Larantuca, conhecidos por larantuqueiros, topasses ou portugueses “pretos”, estribavam-se no poder das armas de fogo e na sua articula-

ção com as redes asiáticas e europeias de comércio inter-regional de sândalo e escravos, surgindo desde 1636 envolvidos nas guerras internas que grassavam em Timor ocidental. Nessa época, os líderes larantuqueiros foram capazes de estender a sua influência política sobre alguns reinos situados em Timor ocidental e, em finais do século XVII, também na parte oriental da ilha, como se dirá adiante. Essa penetração foi propiciada pela existência de laços de sangue entre as famílias reais das ilhas das Flores e de Timor remontando a épocas anteriores à chegada dos europeus à região. Os reis de Larantuca acreditavam ter a sua origem em Timor, cujos reis “eram tidos em elevada consideração [em Larantuca] pela sua coragem e espírito guerreiro” (STEENBRINK 2003: 88).

Aproveitando o longo cerco holandês a Malaca, a monarquia dual de Macáçar decidiu incluir a zona de influência portuguesa em Larantuca e Timor como alvo das suas expedições marítimas, cujo propósito era a pilhagem, a captura de escravos e a submissão de populações a quem era exigido tributo anual (VASCONCELOS 1929). De acordo com os cronistas dominicanos, as expedições macáçares contra Timor forneceram um pretexto para a admissão de mosqueteiros mestiços de Larantuca em Timor, tendo os soberanos timorenses solicitado a sua proteção na sequência do oferecimento diplomático de frei António de S. Jacinto nesse sentido. Nessa fase inicial de estreitamento das relações entre os larantuqueiros e os soberanos (*liurai*) de Mena, Ambeno (Lifau) e Amunaban, os quais aceitaram receber o batismo, os luso-asiáticos agiam sob estrita orientação dos frades dominicanos (CATHARINA 1866: 295 e 299-300), uma parceria que, embora com altos e baixos, haveria de manter-se até ao terceiro quartel do século XVIII. Antes mesmo de se estabelecerem em diferentes zonas de Timor, os larantuqueiros cindiram-se em fações antagónicas que viriam a ser encabeçadas pelos clãs Costa e Hornay. A mescla de grupos que contribuiu para a composição social destes moradores luso-asiáticos de Larantuca não é, porém, bem conhecida. O núcleo fundador era constituído, como se disse, pela comunidade expulsa da ilha de Solor em 1613.

Pascoal Barreto, comerciante de Macau estabelecido em Macáçar, onde negociava em sândalo de Timor, foi provavelmente o primeiro observador que, em 1645, em carta para o rei de Portugal, assinalou uma clara ligação entre a resistência timorense às incursões muçul-

manas e a aceitação do catolicismo por parte dos reis locais (VASCONCELOS 1937: 20). O apoio assim obtido pelos *liurai* de Timor consistia em proteção “espiritual” e militar prestada, respetivamente, pelos frades dominicanos e pelos mosqueteiros de Larantuca contra os invasores macáçares. Ainda que de forma débil e algo vaga, a soberania portuguesa foi então reconhecida e aceite por alguns dos mais poderosos reis do Servião ou Serviang, a parte ocidental de Timor, nomeadamente pelo Sonnobai ou Sonbai, que detinha os mais elevados poderes espirituais, mas não políticos, nessa região. Inicialmente aliciado pelos macáçares para expulsar os dominicanos e os larantuqueiros, ele acabou por aceitar o batismo das mãos de frei António de S. Jacinto. A parte centro-oriental da ilha reconhecia, por sua vez, a autoridade espiritual do Behale, soberano que, como o anterior, os autores portugueses designam por vezes sob o epíteto de “imperador”. O Behale foi derrotado em 1642 pela milícia larantuqueira sob o comando do capitão-mor de Larantuca, Francisco Fernandes, e do comissário-geral das ilhas de Solor e futuro inquisidor, frei Lucas da Cruz (SÁ 1958: 423), o que contribuiu para a perda do seu prestígio, tornando ainda mais fluida, fragmentária e turbulenta a situação política naquela parte da ilha (LEITÃO 1948: 149). Na sequência destes eventos, uma onda de “conversões” ao catolicismo percorreu as elites dominantes em Timor ocidental e central, propiciando as uniões matrimoniais com os luso-asiáticos das Flores (VIOLA 2013: 209-212). Entre os soberanos então convertidos conta-se a rainha do Amakono, havia muito tempo espiritualmente assediada por frei António de S. Jacinto.

Os holandeses observavam a situação em Timor com alguma apreensão e decidiram-se a intervir para salvaguardar a sua participação no comércio de sândalo. Receosos de uma intervenção holandesa, os dominicanos em articulação com os líderes larantuqueiros resolveram estabelecer-se em Cupão, em 1646, o melhor porto de Timor, no interior da baía de Babau, estrategicamente situado na extremidade ocidental da ilha, onde ergueram um pequeno forte. Esta primeira tentativa de fundar um estabelecimento permanente em Timor ficar-se-ia a dever também à iniciativa de frei António de S. Jacinto. Pretendia ser uma jogada de antecipação, impedindo que os holandeses viessem a apoderar-se daquele porto. Para melhor o conseguir, os larantuqueiros comprometeram-se em partilhar com a Companhia

Holandesa das Índias Orientais (*Verenigde Oost-Indische Compagnie*, vulgo VOC) o comércio de sândalo. A descrição desta fortificação portuguesa pelo capitão holandês de Solor, Willem Verbeek, que visitou Cupão em 1648 (BOXER 1990: 187), sugere que se tratava de um estabelecimento precário, talvez uma feitoria fortificada erguida em chão cedido para o efeito pelo rei local, o qual havia sido previamente batizado por frei António de S. Jacinto com o nome de D. Duarte, enquanto sua mulher tomava o de D.^a Mariana, declarando-se ambos vassallos da coroa portuguesa (SANTOS 1995: 235).

Essa experiência terminaria abruptamente, em 1652, com a captura do fortim pelos holandeses. Prontamente renomeado *Fort Concordia*, seria a capital de Timor holandês nos três séculos seguintes (LOBATO 2000: 368). Esta importante mudança na geografia política do extremo ocidental de Timor teve repercussões imediatas nos mercados de Macau e Cantão, onde os preços de sândalo caíram temporariamente. Expulsos de Cupão, os larantuqueiros viram-se confrontados com três rebeliões sucessivas contra as suas posições na costa norte durante a década de 1650, consequência da perda de prestígio que a conquista holandesa lhes tinha trazido. Os capitães-mores de Larantuca passariam então a residir por períodos mais longos em Lifau, no reino de Ambeno, como fez Francisco Carneiro de Sequeira (MATOS 2006: 351). Dez anos depois de os holandeses terem capturado Cupão, Lifau já era o principal porto “português” em Timor, quando, em 1663, ali morreu o capitão-mor Simão Luís, que nunca chegaria a receber o hábito de Cristo para que o célebre Francisco Vieira de Figueiredo, capitão-general dos mares do sul, o havia proposto (BOXER 1967: 39).

HORNAYS E COSTAS

Das campanhas no interior de Timor emergiram dois senhores da guerra, os mestiços Mateus da Costa, inicialmente um mero «capitão de huma estancia» (CATHARINA 1866: 310), que era descendente de um papango (HÅGERDAL 2012: 108, 113 e 140) ou soldado espanhol oriundo da ilha de Lução, nas Filipinas, e António de Hornay, filho de uma escrava nativa e de Jan de Hornay, antigo comandante (*Opperboofd*) do forte holandês em Solor, o qual desertara em 1629

para Larantuca, onde trocou os rigores da caserna por uma existência abastada própria de um chefe larantuqueiro, tal como fizera o seu antecessor, Jan Thomaszoon Dayman, em 1625 (BOXER 1990: 184). Em duas ocasiões durante a década de 1660, poderosas frotas holandesas lançaram âncora em frente de Larantuca, ameaçando o principal reduto do poderio luso-asiático donde os mestiços estabelecidos em Timor recebiam apoio externo. Valeu-lhes neste transe a falta de empenho dos holandeses, cuja estratégia passava por seduzir os diversos reis de Servião mais próximos de Cupão, ao invés de se envolverem directamente nas contendas timorenses. Em apenas duas décadas, os larantuqueiros consolidaram o seu poder territorial em redor de Animata, seis léguas para o interior do porto de Lifau, na região de Oecússi, que um século mais tarde se estendia por cerca de 25 a 30 léguas de costa (LOMBARD-JOURDAN 1982: 93).

As suas origens mescladas levaram estes “portugueses pretos” a afirmar política e culturalmente a sua própria identidade. Têm sido justamente apontados como um dos três poderes externos ativos em Timor por mais de dois séculos, a par da coroa portuguesa e da VOC. Neste sentido, a partir do final do século XVII, vieram a opôr-se às expedições militares dos “portugueses brancos” enviadas de Goa e Macau para impor a autoridade do Estado da Índia nas Flores e em Timor. A posição de subordinação como intermediários na longa cadeia de comércio de sândalo foi um motivo para as tensões crescentes que desencadearam a “guerra” entre os “portugueses pretos” e os agentes dos comerciantes de Macau, mencionada pelo viajante inglês Alexander Hamilton, a qual, segundo a mesma fonte, quase teria arruinado esta praça comercial luso-chinesa (HAMILTON 1727: 139-140 e 218), causando a subida do pico de sândalo em Macau de 20 para 150 patacas⁵. Tal facto não implicou uma diminuição das exportações de sândalo timorense para a China. Pelo contrário, o abate florestal e as remessas aumentaram durante o período de maior controle dos larantuqueiros sobre o noroeste de Timor, escoando-se a produção no quadro de acordos comerciais celebrados entre os mestiços luso-asiáticos e os holandeses estabelecidos em Cupão (ROEVER 2002: 352).

⁵ D. Pero da Silva, bispo de Cochim, “Informações sobre se introduzir o comercio das Ilhas de Solor e Timor”, Goa, 7 Jan. 1691, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Avulsos de Timor*, cx. 1, doc. 9.

A SEGUNDA GERAÇÃO E A LUTA PELO PODER

No período que se seguiu à morte de António de Hornay, ocorrida em 1693, o qual governou sobre os luso-asiáticos durante duas décadas, os moradores de Larantuca rejeitaram os novos governadores nomeados por Goa e começaram a eleger novos líderes, seguindo talvez a prática habitual nas câmaras das cidades portuárias portuguesas na Ásia, especialmente Macau, embora nenhum senado da câmara ou qualquer outra instituição formal tenham existido em Larantuca ou em Lifau. Em 1695-96, o “adjunto”, ou assembleia de moradores, elegeu António Álvares e depois Domingos da Costa para o cargo de capitão-mor⁶. Até certo ponto, esta eleição representou o retorno ao poder do clã Costa.

Recém-chegado a Lifau em Dezembro de 1696 (MORAIS 1944: 121), o novo governador, António de Mesquita Pimentel, enviou Domingos da Costa contra Lamahala, uma das Watan Léma, formações políticas muçulmanas que compunham as Cinco Costas de Solor (*Solor Lima Pantai*) na costa sul de Adonara, como se disse acima. Os seus habitantes pertenciam ao agrupamento étnico Paji, cultural e politicamente oposto ao grupo Demon de que os nativos de Larantuca faziam parte (BARNES 2001: 275). Domingos da Costa, em carta para o vice-rei, não conseguiu esconder a sua satisfação por ter queimado todas as aldeias e barcos inimigos em Lamahala⁷.

Várias fações passaram então a desafiar a liderança de Domingos da Costa. Gaspar Calaça Tenreiro, apoiado pelo rei de Sica – reino na ilha das Flores que reclama até hoje uma origem europeia -, assaltou o chamado *lopo* ou sede senhorial do clã da Costa em Larantuca, como parte da tentativa para afastar o governador Mesquita Pimentel, apoiado por aquele clã. No seu breve relato, Domingos da Costa dizia que, ripostando, arrancara a Calaça Tenreiro o “bastão” do poder, um símbolo da autoridade real de Sica (ABDURACHMAN 2008: 83). No entanto, os partidários do afastamento do governador receberam apoio da maioria dos moradores de Larantuca, incluindo do rei local,

⁶ António Álvares ao vice-rei conde de Villa Verde, Larantuca, 20 Jun. 1698, BA, 51-V-49, fls. 258-v.

⁷ Domingos da Costa ao vice-rei conde de Villa Verde, Timor, 5 Maio 1697, BA, 51-V-49, fls. 260-261v.

D. Domingos de Larantuca, e de visitantes de passagem no porto, os quais instaram Domingos da Costa para levar a cabo esse plano de afastamento do governador Mesquita Pimentel, cujo comportamento – nomeadamente ter exigido que os reis de Servião lhe entregassem quantidades de sândalo a título pessoal – esteve na origem da rebelião. Na sua carta ao vice-rei, Domingos da Costa refere-se ao rei de Mauta, D. Lourenço da Costa, e menciona factos violentos envolvendo a morte de três *tumengung* ou regentes timorenses, bem como de seis outras pessoas assassinadas a bordo de um navio de Macau ancorado em Timor⁸.

O conflito ganhou uma nova frente depois de António Henriques, o tenente-superior da região de Belu mencionado por William Dampier (DAMPIER 1703: 65-65, 79), ter tomado posse de Lifau pela força. Henriques deixou no reino de Ade – actualmente Vemasse, um porto perto de Manatuto onde António de Hornay tinha criado um estabelecimento larantuqueiro duas décadas antes (HÄGERDAL 2012: 170 e 356) – uma força de guerreiros sob o comando de um príncipe de Sica e partiu de Hera para Oecússi à frente de uma armada de cerca de 16 coracoras com uma milícia de timorenses e gente de Sica, alguns dos quais membros da sua família. Para garantir a posse de Lifau, Henriques fez uma série de promessas e distribuiu dádivas aos seus moradores, contando-se entre os seus apoiantes mais chegados Filipe dos Remédios, seu “conselheiro”, Nicolau Pereira Soares, capitão de três companhias de milícias de Sica e, particularmente, o seu braço direito, o capitão-mor-de-campo, Aleixo Mendes, um mestiço que comandava Lifau no momento em que Dampier visitou este porto em outubro de 1699. Embora Mendes tenha dito a Dampier que Henriques era um “branco” nomeado pelo vice-rei, o mais provável é que ele fosse também um mestiço luso-asiático. Tendo rompido hostilidades contra Domingos da Costa, Henriques forçou a sua eleição em Lifau para capitão-mor de Solor e Timor, mas não conseguiu ser reconhecido como tal pelos habitantes de Larantuca. Obrigado a refugiar-se em Belu após Lifau ter sido ocupada por uma força expedicionária de 40 navios comandados pessoalmente por Domingos da Costa, Henriques foi confrontado com o fracasso da sua aventura, que o teria levado ao suicídio algum tempo depois, segundo então se disse. Na sua carta ao vice-rei, os moradores

⁸ Id. *ibid.*, fl. 261-v.

de Lifau mostravam-se pessimistas a respeito de rumores de uma eventual nova coligação entre Sica, Gaspar Calaça Tenreiro e certos grupos de Solor⁹. Para apaziguar as forças de Sica derrotadas no conflito entre Costa e Henriques, as quais possuíam estreitos laços de parentesco com famílias reais timorenses na região de Belu, bem como para compensar o rei de Sica, D. Domingos, cujo sobrinho morrera defendendo Ade contra Domingos da Costa, um filho seu, o príncipe D. Pedro de Sica, foi nomeado para a mesma categoria e posição – capitão do reino de Ade – que o seu falecido primo ocupava¹⁰.

De acordo com Dampier, o capitão do porto de Lifau, Aleixo Mendes, tê-lo-ia ainda informado de que os mestiços de Larantuca e Timor apenas esperavam pela aprovação de Goa para desalojar os holandeses de Cupão. Embora essa versão dos factos tenha merecido pouco crédito aos historiadores, ela é reiterada pelo capitão-mor Domingos da Costa em carta para o vice-rei conde de Villa Verde¹¹. O conjunto de informações fornecido a Dampier em Lifau tem sido visto como uma forma de esconder a ausência de governo e organização política entre os “portugueses pretos”. No entanto, essas informações condizem também com o teor de duas cartas escritas ao vice-rei pelos moradores de Larantuca e de Lifau, em que estes confirmam a demissão de António de Mesquita Pimentel, ex-governador nomeado por Goa, e a sua substituição pelo capitão-mor Domingos da Costa, bem como a eleição de António Henriques, tenente de Larantuca, para o cargo de tenente-superior do porto de Hera – provavelmente o Porto Novo mencionado por Dampier (DAMPIER, 1703: 79) –, na “província” de Belu, onde Henriques se revoltou contra a autoridade de Domingos da Costa, em Julho de 1699.

AS AMBIGUIDADES DO CATOLICISMO EM TIMOR

Nos séculos XVII e XVIII multiplicaram-se as denúncias do baixo nível moral e das traficâncias que os dominicanos de Timor e Solor

⁹ O povo de Lifau ao vice-rei, Lifau, 25 Maio 1700, BA, 51-V-49, fls. 263-264.

¹⁰ O povo de Solor ao vice-rei [Maio-Jun. 1700], BA, 51-V-49, fl. 267.

¹¹ Domingos da Costa ao vice-rei conde de Villa Verde, Timor, 5 Maio 1697, BA, 51-V-49, fl. 261v.

praticavam. Contrapunham os frades que as suas missões nesta região recebiam insuficiente ajuda da coroa, sendo-lhes necessário recorrer ao comércio para sobreviverem. São também inúmeros os exemplos de interferência dos frades de S. Domingos no governo da colônia, que chegaria mesmo, em alguns casos, à sedição e usurpação do poder civil e militar. Em 1746, o padre frei Jacinto da Conceição usurpou o governo de Timor, que não lhe cabia nas vias de sucessão, originando um conflito entre facções de que resultou ser assassinado em Lifau, sede do governo (MORAIS 1934: 166). Para além das críticas por parte dos representantes da Coroa à interferência dos missionários na condução da coisa pública, também os timorenses manifestaram em revoltas sucessivas o seu descontentamento relativamente aos frades de S. Domingos, conforme os autos que cinco reis rebeldes assinaram, em Dezembro de 1731, em Batugadé, perante o governador Gama e Castro, nos quais declararam que “lhes nao era possível assistir com exorbitante costume a elles imposto, a darem aos padres residentes e vigários, nos seus reinos, as vistorias, comedorias, e gente quanta quizessem para seus serviços” (MORAIS 1934: 160). Anos depois, o Marquês de Castelo Novo (1744-50), escrevendo ao Governador do Bispado e vigário da cristandade de Timor, fazia notar:

“que excetuando duas, todas as igrejas não tinham portas nem paramentos, dizendo-se missa apenas nos domingos e dias santos, com pouca decência, por falta de paramentos e de altar condigno para tao alto ministério, não obstante as ofertas ou a satisfação do que se chamava pé de Altar, serem bastantemente importantes, e acrescenta, que não existiam estações doutriniais, nem práticas espirituais, nem uso de catecismos na própria língua da terra, para se poder introduzir a doutrina que os naturais ignoravam” (MORAIS 1934: 39).

Um caso notável ocorreu em 1749, quando um frei Inácio, tutor dominicano do príncipe Pascoal Celso Baltazar – possivelmente o filho mais velho e herdeiro presumptivo de Gaspar da Costa, o líder mestiço de Animata, reino que rodeava Lifau, a capital portuguesa – o levou para Macau juntamente com 26 escravos timorenses que compunham a sua comitiva e aí os vendeu traiçoeiramente, tendo depois embarcado num navio francês em companhia do jovem príncipe que abandonou à sua sorte em Paris (LOMBARD-JOURDAN 1978: 101-102).

OBSERVAÇÕES FINAIS

Há contudo uma outra forma de perspetivar a ambiguidade da relação missionária com os nativos timorenses que não passa por juízos moralistas. Tem que ver essencialmente com a forma como os timorenses receberam o catolicismo e o incorporaram nas suas crença e práticas gentílicas. Neste sincretismo sobressai o facto de os elementos culturais tomados de empréstimo aos europeus, tanto aos portugueses como aos holandeses, desempenharem na cultura timorense um papel que não é exclusivamente religioso, ou melhor, as cerimónias religiosas e as práticas políticas e judiciais de origem europeia terem sido investidas de uma carga simbólica que releva de ambas as esferas do exercício do poder político e religioso. Neste sentido, poder-se-ia aplicar ao catolicismo timorense a observação que, nas vésperas da segunda guerra mundial, o historiador van Leur fizera a propósito do islão indonésio, o mesmo se podendo também dizer do hinduísmo e do budismo que ganharam essa região antes das religiões do Livro: que se tratava de “um fino e estaladiço verniz”. Evidentemente, as campanhas de ocupação colonial em Timor, ao destruírem o poder político dos reis nativos em apenas duas décadas, entre 1894 e 1914, dissolveram os vínculos que existiam entre eles e a fonte exterior de autoridade política e espiritual, o rei de Portugal, convenientemente ausente mas tornado atual na pessoa do governador e das pessoas sagradas dos frades de S. Domingos, os quais agenciavam o processo de legitimação simbólica do exercício efetivo do poder desses reis. É por este motivo também que o discurso dos frades pregadores, reclamando constituírem a única congregação que, no seio da Igreja católica, unia o braço armado cristão ao poder da palavra evangélica, faz no contexto político e cultural das ilhas de Solor e Timor um sentido acrescido.

Por outro lado, os governadores, tendo ganho um número crescente de reis que se declaravam vassallos e ansiavam por títulos milicianos e cerimoniais vassálicos, puderam sacudir a dependência para com os chefes larantuqueiros e os frades domínicos. Este *volte-face* explica a exasperação destes “rebeldes” e as suas por vezes bem-sucedidas tentativas para chamar a si uma governação que, por via da absorção de formas exógenas de legitimação do poder, se apresentava simbólica e efetivamente muito ampliada, bem como exercê-la pela

via mais expedita da usurpação do poder, no que foram emulados pelos religiosos, igualmente sequiosos de preservarem o seu quinhão e ciosos do seu papel imprescindível no sistema político que tinham ajudado a construir.

REFERÊNCIAS

- ABDURACHMAN, Paramita R. 2008. “*Atakiwan, Casados and Tupassi: Portuguese Settlements and Christian Communities in Solor and Flores (1536-1630)*”. In *Bunga Angin Portugis di Nusantara. Jejak-jejak kebudayaan Portugis di Indonesia*. Jakarta: Lembaga Research Kebudayaan Nasional – LIPI Press. 51-95.
- BARNES, R. H. 1995. “Lamakera, Solor. Ethnohistory of a Muslim Whaling Village of Eastern Indonesia”, *Anthropos* 90.4/6: 497-509.
- BARNES, R. H. 2001. “Alliance and Warfare in an Eastern Indonesian Principality. Kédang in the Last Half of the Nineteenth Century”, *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* 157.2: 271-311.
- BOXER, C. R. 1967. *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, Haia: Martinus Nijhoff.
- BOXER, C. R. 1990. “Timor turbulento”. In *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770*. Macau: FO-CEMM. 181-204.
- CATHARINA, L. S. 1866. *Quarta Parte da Historia de S. Domingos*, 3.^a ed. VI. Lisboa: Typ. do Panorama.
- DAMPIER, William. 1703. *A Voyage to New Holland, &c. In the Year 1699*. III. Londres: James Knapton.
- HÄGERDAL, H. 2012. *Lords of the Land, Lords of the Sea. Conflict and Adaptation in Early Colonial Timor, 1600-1800*. Leiden: KITLV Press.
- HAMILTON, A. 1727. *A New Account of the East-Indies*. II, Edimburgo: John Mosman.
- JACOBS, H. (ed.). 1980. *Documenta Malucensia (1542-1577)*. II, Roma: IHSI.
- LEITÃO, H. 1948. *Os portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*. Lisboa: Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- LOBATO, M. 2000. “Timor”. In A. H de Oliveira Marques (dir.). *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. 1.^o vol. t. II: *De Macau à periferia*. Lisboa: Fundação Oriente. 351-374.
- LOMBARD-JOURDAN, A. 1978. “Infortunes d’un prince de Timor accueilli en France sous Louis XV”. *Archipel* 16: 91-133.
- LOMBARD-JOURDAN, A. 1982. “Un mémoire inédit de F. E. de Rosily sur l’île de Timor (1772)”, *Archipel* 23: 75-104.
- MATOS, A. T. 2006. “Tradição e inovação na administração das ilhas de Solor e Timor: 1650-1750”. In *Colóquio Internacional ‘O humanismo latino e as culturas do*

- Extremo Oriente*. Macau 6-8 de Janeiro de 2005. Treviso: Fondazione Cassamarca. 345-357.
- MORAIS, A. F. 1934. *Subsídios para a história de Timor*. Bastorá-Goa: Tip. Rangel.
- MORAIS, A. F. 1944. *Sólor e Timor*. Lisboa: AGU.
- NUNES, F. O. L. 1993. “D. Frei Miguel Rangel e as problemáticas da missão no Oriente do seu tempo”, *Actas do Congresso Internacional de História. Missão Portuguesa e Encontro de Culturas*. II. Braga. 149-216.
- PINTO, P. J. S. 2012. *The Portuguese and the Straits of Melaka, 1575-1619. Power, Trade and Diplomacy*. Singapura: NUS Press.
- ROEVER, A. 2002. *De jacht op sandelbout. De VOC en de tweedeling van Timor in de zeventiende eeuw*, Zutphen: Walburg Pers.
- ROUFFAER, G. P. 1923-24. “Chronologie der Dominikaner-Missie op Solor en Flores, vooral Poeloe Ende (ca. 1556-1638)”, *Nederlandsch-Indie Ouden Nieuw* 8: 204-222, 256-260.
- SÁ, A. B. (org.). 1954-1988. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*. 6 vols. Lisboa: AGU / CEHCA-IICT.
- SANTOS, I. 1995. *Macau e o Oriente nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo*. Macau: ICM.
- SANTOS, J. 1999. *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, M. Lobato e E. Medeiros (eds.). Lisboa: CNCDP.
- SCHOT, A. 1705. “Relation du Voyage du même Apollonius Schot, fait de Bantam à Botton, à Solor & à Timor (...), datée le 5. de Juillet 1613”. In *Recueil des Voyages qui ont servi à l'établissement et aux progrès de la Compagnie des Indes Orientales, Formée dans les Provinces Unies des Païs-bas*. IV. Amsterdão: Etienne Roger.
- SOLT, P. 1725. “Journal du Voyage Fait de Bantam à la Côte de Coromandel, & en d'autres endroits des Indes, les années 1605, 1606, 1607 et 1608 écrit par le Commis Paul van Solt”. In *Recueil des Voyages qui sont servi à l'établissement & aux progrès de da Compagnie des Indes Orientales, formée dans les Provinces Unies des Païs-Bas*, III, 2.^a ed. Amsterdão: Chez J. Frederic Bernard.
- STEENBRINK, K. 2003. *Catholics in Indonesia (1808-1942). A documented history*. Vol. 1: *A modest recovery (1808-1903)*. Leiden: KITLV Press.
- VASCONCELOS, F. 1929. “Carta de Fr. António de S. Jacinto a el Rei D. João IV”, *Boletim da Agência Geral das Colónias* 54 (Dez.): 78-80.
- VASCONCELOS, F. 1937. *Timor. Subsídios históricos*. Lisboa: AGU.
- VILLIERS, J. 1985. “As derradeiras do mundo: The dominican missions and the sandalwood trade in the Lesser Sunda islands in the Sixteenth and Seventeenth centuries”. In *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Lisboa: IICT. 571-600.
- VIOLA, M. A. M. 2013. “Presença histórica ‘portuguesa’ em Larantuka (séculos XVI e XVII) e suas implicações na contemporaneidade”. Tese de doutoramento em Antropologia. FCSH-UNL.